

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA  
E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR**

**ATA DA 112ª REUNIÃO**

Data: 04 e 05 de outubro de 2016.

Hora: Dia 04: 14h00 às 18h00 (Reunião da CTPOAR);

Dia 05: 09h00 às 12h00 (Reunião da CTPOAR)

14h00 às 18h00 (Reunião Conjunta CTAS-CTPOAR).

Local: Ministério do Meio Ambiente, localizado na SEP 505 (W2 Norte), Lote 2 - Brasília/DF.

**REPRESENTANTES:**

**Ministério da Integração Nacional:** Pedro Emílio Pereira Teodoro

([pedro.teodoro@integracao.gov.br](mailto:pedro.teodoro@integracao.gov.br));

**Ministério do Meio Ambiente – ANA:** Luciano Meneses C. da Silva ([lmenezes@ana.gov.br](mailto:lmenezes@ana.gov.br));

**Ministério do Meio Ambiente - SRHQ:** Mirela Garaventa ([mirela.garaventa@mma.gov.br](mailto:mirela.garaventa@mma.gov.br));

**Ministério das Minas e Energia:** Luís Mauro G. Ferreira ([luiz.ferreira@mme.gov.br](mailto:luiz.ferreira@mme.gov.br));

**Conselhos Estaduais - MG/ES:** Thiago Figueiredo Santana

([thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br](mailto:thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br));

**Conselhos Estaduais - MT/GO:** Ellen Kenia Pantoja ([ellenpantoja@sema.mt.gov.br](mailto:ellenpantoja@sema.mt.gov.br));

**Conselhos Estaduais - RJ/SP:** Leila Gomes ([lgomes@sp.gov.br](mailto:lgomes@sp.gov.br));

**Conselhos Estaduais - DF/PR:** Waldir Fabricio dos Santos ([waldirfabricio@aguasparana.pr.gov.br](mailto:waldirfabricio@aguasparana.pr.gov.br));

**Conselhos Estaduais – AL/RN:** Nelson César Fernandes Santos ([nelsonemparn@gmail.com](mailto:nelsonemparn@gmail.com));

**Conselhos Estaduais – PA/RO/AM:** Luciene Mota de Leão Chaves ([luciene.mlc@gmail.com](mailto:luciene.mlc@gmail.com));

**Irrigantes:** Gustavo dos Santos Goretti ([gustavo.goretti@cna.org.br](mailto:gustavo.goretti@cna.org.br));

**Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:** Paulo

Roberto da Veiga Franco ([pfranco@sanepar.com.br](mailto:pfranco@sanepar.com.br));

**Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica:** Jean de Carvalho Breves

([jean@cemig.com.br](mailto:jean@cemig.com.br));

**Indústria:** Ausente;

**Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:** João Carlos de

Freitas Silva ([jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br](mailto:jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br));

**Organizações não governamentais:** João Clímaco Soares de Mendonça

([fonascbbh@yahoo.com.br](mailto:fonascbbh@yahoo.com.br));

**Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa:** Tânia Lucia Graf de Miranda

([tania.miranda@lactec.org.br](mailto:tania.miranda@lactec.org.br)).

**DEMAIS PRESENTES:**

Rafaela Freitas ([rfreitas@cni.org.br](mailto:rfreitas@cni.org.br));

Célia Regina Buono ([cpoeta@sp.gov.br](mailto:cpoeta@sp.gov.br));

Cristiano Egnaldo Zinato ([cristiano.zinato@ana.gov.br](mailto:cristiano.zinato@ana.gov.br));

Luiz Henrique ([luiz.henrique@ana.gov.br](mailto:luiz.henrique@ana.gov.br));

Alan Vaz Lopes ([vazlopes@ana.gov.br](mailto:vazlopes@ana.gov.br));

Roseli Souza ([roseli.souza@mma.gov.br](mailto:roseli.souza@mma.gov.br))

Leonardo de Almeida ([leonardo.almeida@ana.gov.br](mailto:leonardo.almeida@ana.gov.br))

**RELATORIA CTPOAR:** Anderson Bezerra ([anderson.bezerra@mma.gov.br](mailto:anderson.bezerra@mma.gov.br)).

**ASSUNTOS DISCUTIDOS (dia 04 de outubro):**

Item 01 – Abertura / Informes: A Sra. Roseli Souza (SRHU/MMA) iniciou a reunião informando que a Sra. Ellen Pantoja, Presidente da CTPOAR, não pôde comparecer na presente reunião, e de acordo com o art. 28 do Regimento Interno do CNRH, os membros poderão escolher o presidente substituto para condução dos trabalhos desta reunião. Após consulta aos presentes, o **Sr. Thiago Figueiredo Santana (Conselhos Estaduais - MG/ES)** aceitou a indicação para presidir a câmara nesta reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou uma rodada de apresentações. Após, iniciou-se o Item 2 – Aprovação da ATA da 111ª Reunião: a ata foi aprovada com correções de ortografia enviadas para o e-mail da Secretaria Executiva dentro do prazo regimental, pela Sra. Ellen Pantoja, assim como outras modificações no texto sugeridas pelos membros presentes. Item 3.1 – Apresentação: Utilização de nova tecnologia para o cadastramento de usuários de recursos hídricos. Representante da Agência Nacional de Águas – ANA: o **Sr. Cristiano Zinato (ANA)** iniciou sua apresentação comentando que anteriormente trabalhava no Ministério da Integração Nacional, e desde abril de 2016 está trabalhando na ANA, na Coordenação de Marcos Regulatórios e Alocação Negociada de Água, atuando principalmente nos sistemas hídricos do semiárido. Informou que haverá uma Oficina sobre Marcos Regulatórios, nos dias 8 e 9 de novembro, durante o Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos do Nordeste, que ocorrerá em Aracajú – SE. Comentou que a ANA vem desenvolvendo metodologia para avaliação do potencial de cadastro de usuários a partir das unidades consumidoras de energia elétrica para irrigação e aquicultura, com a finalidade de suprir algumas dificuldades no monitoramento e controle dos usos de recursos hídricos no meio rural. Entre as dificuldades no monitoramento e controle dos usos no meio rural, citou a grande quantidade de usuários, dispersão territorial, falta de integração cadastral e regulatória entre os órgãos gestores, ausência de instrumentos de monitoramento (hidrômetros e estações de monitoramento fluvial), insuficiência de pessoal e consumo de energia em horários que dificultam a fiscalização presencial. A ANA está articulando, desde 2014, com as bacias do Piranhas-Açu, São Marcos e no entorno do Açude Epitácio Pessoa, com informações iniciais obtidas em 2015 pela ANEEL junto as empresas COSERN, ENERGISA, CEB, CEMIG e CELG. Segundo o art. 107 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, rege que a distribuidora deve conceder desconto especial na tarifa de fornecimento aplicável ao consumo de energia elétrica ativa, exclusivamente, na carga destinada à irrigação vinculada à atividade de agropecuária e na carga de aquicultura, desde que o consumidor efetue a solicitação por escrito ou por outro meio que possa ser comprovado. O desconto deve ser aplicado em um período diário contínuo de oito horas e trinta minutos, facultado à distribuidora o estabelecimento de escala de horário para início, mediante acordo com o respectivo consumidor, garantido o horário de 21 h 30 min às 6 h do dia seguinte. Segundo ele, os percentuais de desconto são significativos, variando de 60% até 90% da tarifa normal, o que faz com que a maioria dos usuários de recursos hídricos na bacia se cadastrem e passem a utilizar suas bombas no período da noite. Portanto, a ANA e a ANEEL instituíram a Resolução Conjunta nº 05/2016, que em resumo, estabelece condições e procedimentos a serem observados pelas distribuidoras de energia elétrica para o fornecimento de informações de unidades consumidoras que desenvolvam atividades de irrigação ou aquicultura. Segundo ele é possível estimar a vazão captada pelos usuários através da utilização de uma série de dados, tais como o consumo de energia, levantamento planialtimétrico da região, tipo de cultura, estimativa da altura manométrica, identificação da localidade através dos dados geográficos e imagens de satélite. Esta metodologia está sendo aprimorada e utiliza outros dados que permitem estimar de forma satisfatória a vazão de uma área/perímetro irrigado, tendo assim um bom indicativo para saber se está crescendo ou diminuindo o consumo de água em uma região, constituindo uma metodologia bastante promissora para a gestão de recursos hídricos. Por fim, apresentou ainda os casos da Paraíba e Rio Grande do Norte, nos açudes do semiárido. Após a apresentação, foi aberto um período de questionamentos, passando a palavra para a **Sra. Leila Gomes (Conselhos Estaduais - RJ/SP)** comentou que a metodologia para converter consumo de energia em vazão é uma boa alternativa para

o maior conhecimento dos usos de recursos hídricos, mas compreende também a complexidade do método, e perguntou qual a adesão à medição de energia com a tarifa reduzida pelos usuários, obtendo como resposta que os usuários estão aderindo cada vez mais à medição de energia com tarifa reduzida, uma vez que o custo-benefício permite esta adesão, pagando em média 70% menos na conta de energia. O **Sr. Thiago Figueiredo Santana** perguntou qual a variação mensurada entre a vazão efetivamente captada e a estimada pela metodologia de consumo de energia, obtendo como resposta que este trabalho está sendo desenvolvido pela equipe de regulação da ANA e está na fase de aferição da metodologia, e os primeiros cálculos mostraram que a metodologia está condizente com a vazão realmente captada. Colocou também que um dos principais objetivos é saber se um determinado usuário está ou não captando, pois durante períodos de escassez hídrica, os usuários podem sofrer restrições de uso e a metodologia permite monitorar e fiscalizar esses usuários. O Sr. Thiago perguntou ainda se as informações fornecidas pelas empresas de energia elétrica poderiam ser disponibilizadas para os órgãos gestores de recursos hídricos, obtendo como resposta que, o acordo firmado entre ANEEL e ANA não permite fornecer os dados brutos, porém as informações geradas através da metodologia utilizada pela ANA poderão ser disponibilizadas. O **Sr. Pedro Emílio Pereira Teodoro (Ministério da Integração Nacional)** perguntou há algum estudo de estimativa da área irrigada a partir do consumo de energia elétrica e da vazão captada. O **Sr. Cristiano Zinato (ANA)** respondeu que no futuro trabalhos como este poderão ser desenvolvidos, fazendo estimativas de áreas irrigadas através do consumo de energia elétrica. *Item 3.2 – Apresentação: CADASTRO – ferramentas que auxiliam a atividade de cadastramento. Representante da Agência Nacional de Águas – ANA:* o **Sr. Alan Vaz**, superintendente adjunto de fiscalização da ANA, iniciou sua apresentação falando sobre a utilização de ferramentas que auxiliam o controle e fiscalização dos usos de recursos hídricos. Com base na Resolução ANA nº 317/2003, que institui o CNARH, e a Resolução CNRH nº 126/2011, que estabelece diretrizes para integração de cadastros de diferentes órgãos gestores, iniciou-se o cadastramento dos usuários de recursos hídricos com o objetivo de conhecimento da demanda pelo uso da água e suporte à implementação dos instrumentos das políticas de recursos hídricos, a fiscalização dos usos e interferências nos recursos hídricos. Com a base de dados do cadastro de usuários a cobrança foi iniciada na Bacia do Paraíba do Sul, que no início apresentou alguns problemas de inconsistência nos dados declarados. A utilização de ferramentas alternativas para atividade de cadastramento, como a identificação das áreas a serem cadastradas por imagem de satélite e com sobrevoo de helicóptero possibilitaram o maior conhecimento da realidade da bacia e do perfil dos usuários, assim como a maior eficiência na fiscalização e controle do uso da água em bacias críticas. Com relação à utilização de imagens de satélite, a ANA adquiriu imagens de alta resolução que possibilitou a identificação e classificação das propriedades agrícolas, e a identificação dos usuários a serem cadastrados. O Sr. Alan deu o exemplo da Bacia do Piranhas-Açú, que, com apenas uma imagem de alta resolução, obtida no período seco, foi possível mapear com acurácia as áreas irrigadas. A partir da visitação, em campo, foi possível constatar a diferença entre as áreas e realizar o cadastramento do usuário de recursos hídricos, com a confirmação do tamanho da área irrigada e o tamanho da propriedade. Segundo ele, um dos principais resultados do uso de imagens de satélite para o cadastramento, é a possibilidade de se traçar o perfil dos usuários de recursos hídricos por bacia, ou seja, o acumulado de área irrigada na bacia pelo número de usuários. Outras vantagens do uso de imagens de satélite citadas são: identificação das áreas, antes de iniciar o cadastramento em campo, proporcionando maior agilidade; planejamento do tempo necessário e otimização do cadastramento; navegação em tempo real; formulários e fotos georeferenciados; identificação das glebas irrigadas por cada usuário e do tamanho das propriedades; envio dos dados colhidos em campo por meio do portal da ANA; melhor conhecimento da bacia e das dinâmicas de uso de água; facilidade para contratação de prestadores de serviço, uma vez que é possível dimensionar o esforço na execução e o controle das etapas de serviço realizadas. Já com relação à utilização de sobrevoo de helicóptero, o Sr. Alan explicou que é importante para identificação das glebas com possível irrigação a partir da imagem de satélite, possibilitando a realização de campanha direcionada e a atualização dos cadastros. Finalizando sua

apresentação, o Sr. Alan comentou que a ANA está desenvolvendo um sistema simplificado de cadastramento, chamado de Sistema REGLA, diminuindo a quantidade de campos de preenchimento necessários para obtenção de outorga, focando nos dados mais importantes, e acoplando estas informações de forma mais automatizada com os sistemas de suporte a decisão. Após um período de discussão e troca de experiências sobre o uso de ferramentas que auxiliam a atividade de cadastramento, passou-se para o [Item 4 – Elaboração do Parecer Técnico Conclusivo da proposta de resolução de usos considerados insignificantes](#): inicialmente foi feita a leitura completa da minuta de Parecer, que é composto por um breve histórico do processo de elaboração da Resolução e considerações sobre todos os artigos da proposta. Após, passou-se para as considerações dos membros sobre cada item do Parecer, incluindo e retirando trechos para melhorar a redação e deixar o texto mais claro e objetivo. Destaca-se a inclusão dos itens 2.4 e 2.5 que fazem menção aos Pareceres de pedidos de vista (conselheiro do CERH-PB e da Sociedade Civil respectivamente). O item 2.4 teve a finalidade de deixar claro que a atual proposta de resolução não está vinculada à Lei 12334/2010, que institui a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB. No entanto, ressalta-se que uma possível classificação de uma acumulação como insignificante não desobriga o empreendedor de atender ao disposto na referida Lei. Quanto ao item 2.5, a Câmara Técnica, consubstanciada pelo Parecer Jurídico emitido pela Advogada do DAEE-SP, Ana Maria Gennari, conclui que a competência do Poder Público para cadastrar ou emitir outorga de direito de uso dos recursos hídricos sem a solicitação do usuário, ou seja, de forma impositiva, não deve ser matéria disciplinada em norma do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. Foram incluídos também no Parecer Técnico que as demais solicitações da Sociedade Civil, especificamente relacionadas aos artigos 6º e 7º, já estavam contempladas na versão do Parecer encaminhada para a XXXVIII Reunião Extraordinária do CNRH. Na explicação do artigo 8º, foi incluído o trecho “em seus aspectos qualitativos e quantitativos” no final do parágrafo. Foi também incluída no Histórico do Parecer a menção ao pedido de vista do Conselheiro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba, o **Sr. João Fernandes**, que recomendou a retirada do termo “acumulações” da resolução, assim como, da obrigatoriedade do cadastramento de usos considerados insignificantes. Também no Histórico, foi incluída Menção ao pedido de vista da Sociedade Civil, realizado pelo **Sr. João Clímaco (ONGs)**, solicitando que seja considerado o efeito cumulativo de todos os usos insignificantes de um mesmo empreendimento em um corpo hídrico no balanço hídricos, bem como a consideração da somatória dos usos insignificantes e dos usos sujeitos a outorga no balanço hídrico para fins de controle do comprometimento hídrico na bacia. Já nas conclusões, foram incluídas as seguintes considerações: “Após análise dos pedidos de vista, a CTPOAR conclui: 1- pela permanência do termo “acumulações” na resolução, não havendo impedimentos para o estabelecimento de critérios para acumulações insignificantes nos termos da Política Nacional de Recursos Hídricos, sem qualquer prejuízo para a Política Nacional de Segurança de Barragens, possibilitando ainda um maior conhecimento das pequenas acumulações existentes na bacia; 2- pela manutenção do cadastramento de usos considerados insignificantes, em contraponto ao solicitado pelo representante do CERH-PB, e em atendimento ao disposto na Resolução CNRH nº 16/2001; 3- que as solicitações do representante da Sociedade Civil, foram contempladas nos termos dos artigos 6º e 7º da proposta de resolução encaminhada à XXXVIII Reunião Extraordinária do CNRH; e 4- que a competência do Poder Público para emitir a outorga ou cadastro de uso dos recursos hídricos sem a solicitação do usuário, ou seja, de forma impositiva, não deve ser matéria disciplinada em norma do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH”. Desta forma, a CTPOAR finalizou a revisão do Parecer Técnico Conclusivo da proposta de resolução sobre usos insignificantes. [Item 5 – Conhecimento e manifestação a respeito dos usos insignificantes na Bacia do Rio Paranaíba](#): Inicialmente foi feita a leitura da Deliberação CBH Paranaíba nº 61/2016, assim como da Resolução ANA nº 1.175, de 16 de setembro de 2013 mencionada no texto. A Resolução ANA nº 1.175/2013 estabelece critérios para os usos considerados insignificantes em mananciais de domínio da União, até que uma deliberação do comitê de bacia altere ou corrobore com esta resolução. Portanto, a CTPOAR concluiu que a Deliberação CBH Paranaíba nº 16/2016 vai ao encontro da Resolução da

ANA, corroborando com o estabelecido previamente para rios de domínio da União. A matéria foi aprovada por unanimidade. *Item 6 – Discussão sobre os temas prioritários para a CTPOAR:* como não houve tempo disponível para a discussão deste item, a câmara técnica decidiu que este será tema para a primeira reunião de 2017, que ainda não tem data definida, mas espera-se que ocorra no primeiro trimestre. *Item 7 – Assuntos Gerais / Encerramento:* o **Sr. Thiago Figueiredo Santana** registrou que a presidente da CTPOAR, a Sra. Ellen Pantoja, estará presente no período da tarde para presidir a reunião conjunta com a CTAS, que será específica para as discussões acerca da resolução sobre gestão integrada de recursos hídricos subterrâneos e superficiais.

---


#### ASSUNTOS DISCUTIDOS EM REUNIÃO CONJUNTA (dia 5 de outubro):

*Abertura e informes:* Os presidentes, o **Sr. Zoltan Romero (CTAS)** e a **Sra. Ellen Pantoja (CTPOAR)** deram as boas-vindas aos membros presentes e solicitaram uma rodada de apresentações. Seguindo a pauta do dia, iniciou-se a discussão do *Item 01 – Continuação das discussões sobre a proposta de Resolução que “estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos”:* o **Sr. Zoltan Romero** fez uma breve atualização dos encaminhamentos até então, comentando que na reunião passada não houve avanço nas discussões pois o texto da proposta não estava devidamente estruturado. Portanto, durante a reunião passada formou-se um Grupo de Trabalho (GT) de curta duração, com a finalidade de analisar a minuta, fazendo sua reestruturação. Outro objetivo do GT foi verificar possíveis conflitos com outras normas existentes, fazendo uma revisão dos aspectos jurídicos. Após estas explicações passou-se para a análise dos resultados do trabalho do GT, iniciando no art. 3º, pois os dois primeiros artigos tratam apenas do objetivo geral da norma e das definições, respectivamente, e poderão ser detalhadas após a finalização do restante do texto. Após a leitura do art. 3º, o **Sr. Nelson Césio Fernandes Santos (Conselhos Estaduais – AL/RN)** sugeriu nova redação no §4º deste artigo, substituído o termo “a alocação...” por “a outorga do direito de uso dos recursos hídricos...”, o que gerou discussão entre os membros. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** comentou que se trata de alocação, diante de um marco regulatório para elaboração das diretrizes para outorga de recursos hídricos. A **Sra. Leila Gomes (Conselhos Estaduais - RJ/SP)** questionou no art. 3º o trecho “*Um sistema de monitoramento deverá ser implantado nestes trechos de bacia ou sub-bacias hidrográficas...*”, especificamente sobre a palavra “deverá” que pode gerar problemas em relação à validade de dados preexistentes nos órgãos gestores. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** falou que a proposta é baseada em diretrizes para a gestão integrada, e é necessário atentar para a compatibilidade da criação de obrigatoriedades, como a mencionada pela Sra. Leila. O **Sr. Zoltan Romero** comentou que sua maior preocupação é com relação ao art. 11, que regulariza uma situação que atualmente está totalmente irregular, pois, pelas resoluções que já estão em vigor, nenhum órgão gestor está cumprindo os artigos referentes à gestão integrada, como por exemplo as resoluções CNRH nº 13, nº 15, nº 16, etc. O **Sr. Leonardo de Almeida (ANA)** pediu a palavra e comentou que, em reuniões anteriores, a ANA havia apresentado uma proposta que tinha várias diretrizes bem estruturadas, e essas diretrizes já não existem na versão atual da proposta. Por isso ele ainda defende a proposta apresentada pela ANA inicialmente. Comentou ainda que é necessário incluir a participação da CTPNRH antes de encerrar as discussões na CTAS/CTPOAR, pois a proposta apresenta diretrizes que incluem papel fundamental dos planos de bacia na gestão integrada de recursos hídricos. A **Sra. Roseli Souza (SRHU/MMA)** comentou que o GT formado na última reunião trabalhou para apresentar esta proposta mais concisa e consistente, que pode ser apresentada posteriormente para a CTPNRH. Os membros presentes decidiram continuar a leitura da proposta de resolução e analisar item por item. Após a leitura o **Sr. Luiz Henrique (ANA)** comentou sobre o art. 4º da proposta, onde aparece o termo “normativos”, assim como os entes responsáveis para elaborá-los. Ao seu ver o termo “normativos” é vago, precisando esclarecer que tipo de normativos serão esses, como por exemplo, referentes aos planos de bacias ou ao uso da água (outorga, alocação negociada, etc.). Como se trata do âmbito da política nacional de recursos hídricos, é preciso também verificar a competência dos entes responsáveis pela

definição destas diretrizes. O **Sr. Zoltan Romero** citou o inciso IV do Art. 36 da Lei 9.433/1997, que dispõe sobre os entes que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que incluem os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos. Por isto a importância da manutenção da participação destes entes, incluindo os municipais, no escopo desta proposta de resolução, principalmente acerca do uso e ocupação do solo. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** comentou que a participação dos municípios está prevista nos Comitês de Bacias Hidrográficas, não havendo outra forma destes entes deliberarem com os órgãos gestores de recursos hídricos. A **Sra. Leila Gomes (Conselhos Estaduais - RJ/SP)** alertou para a importância de incorporar o papel dos municípios nas discussões sobre a gestão de recursos hídricos, apontando exemplos de problemas de gestão que ocorreram em São Paulo por falta de diálogo entre o órgão gestor e o município. Outros questionamentos foram feitos pelos membros presentes, principalmente com relação à atuação dos municípios na gestão integrada de recursos hídricos. Após longo período de diálogo para definição dos encaminhamentos, os membros decidiram retornar para a discussão do art. 1º, definindo, desde o início, que o escopo da proposta de resolução é específico para trechos de bacia hidrográfica onde existirem dados que possibilitem quantificar a conectividade. Quanto ao art. 3º, sua redação foi alterada, definindo a aplicação da norma aos aquíferos livres e rios perenes onde exista conectividade entre águas superficiais e subterrâneas. Devido às alterações realizadas no caput do art. 3º, foi retirado o seu § 1º, que se tornaria redundante. O § 2º do mesmo artigo se tornou o art. 4º, fazendo as devidas modificações no texto para adequações ao novo caput. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** colocou sua preocupação com a proposta de resolução, para que seja levado em consideração o princípio da precaução pelos órgãos gestores, e a gestão integrada não dependa da existência de dados para que seja iniciada, uma vez que a falta da gestão integrada já pode estar causando efeitos irreversíveis na disponibilidade hídrica. Com o avançar do horário, a **Sra. Ellen Pantoja** sugeriu que na próxima reunião conjunta, prevista para março de 2017, a proposta fosse novamente colocada na pauta de uma reunião conjunta, não sendo mais viável tratar o assunto em Grupos de Trabalho. Para tanto, ficou acordado que os membros enviarão as contribuições necessárias para o e-mail da Secretaria Executiva do CNRH, apresentando as devidas justificativas para cada alteração apresentada. [Assuntos Gerais / Encerramento:](#) a **Sra. Roseli Souza (SRHU/MMA)** comentou que a Secretaria Executiva enviará por e-mail as modificações na proposta de resolução realizadas na presente reunião, reforçando a necessidade dos membros apresentarem suas contribuições com as devidas justificativas. O **Sr. Wilson de Azevedo (Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo)** comentou sobre os planos de recursos hídricos como instrumento de gestão, falando da importância de haver informações detalhadas por município, que até então, como o município não possui poder de gestão, sempre foi desconsiderado nos Planos, havendo apenas informações sobre a bacia hidrográfica como um todo, fazendo com que o Comitê de Bacia tenha pouca atuação sobre o município por desconhecer a realidade municipal. Isto possibilitará a atuação pontual junto à municipalidade, atuando de modo efetivo nas pequenas ações que vão se refletir na gestão de recursos hídricos. Finalizando a reunião, os membros decidiram ainda que na próxima reunião conjunta entre a CTAS/CTPOAR poderá ser elaborado um convite formal para a CTPNRH, no caso de a proposta de resolução estiver caminhando para uma maior importância dos Planos de Recursos Hídricos e do uso e ocupação do solo. Não havendo mais itens de pauta, os presidentes da CTPOAR e da CTAS finalizaram a reunião, agradecendo a presença e colaboração de todos os presentes.

Ata aprovada na 113ª reunião, realizada nos dias 14 e 15 de março de 2017.

  
**Thiago Figueiredo Santana**  
Presidente da CTPOAR

  
**Antônio Calazans Reis Miranda**  
Relator da CTPOAR